



Edição nº 612 – 10/12/2019
(Período 3 a 10 de dezembro de 2019)

1. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edital – Diretor da Revista do STJ - O Ministro Diretor do Gabinete da Revista do STJ, na qualidade de Editor-Chefe da Revista de Estudos Jurídicos do Superior Tribunal de Justiça – REJuriSTJ e no uso de suas atribuições convoca membros da comunidade acadêmica e pesquisadores para participação de seleção e publicação de artigos na Revista REJuriSTJ, cuja publicação está prevista para agosto de 2020 – **em anexo**.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Edital de Convocação - Presidência - convoca sessão de encerramento do segundo semestre forense do ano de 2019 para o dia 19 de dezembro de 2019, quinta-feira, às 14h, e sessão de abertura do primeiro semestre forense do ano de 2020, para o dia 3 de fevereiro de 2020, segunda-feira, às 19h.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Provimento nº 70/2019 - Corregedoria Nacional – dispõe sobre abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites – **em anexo**.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Portaria nº 635/2019 - Presidência - altera a composição do Comitê de Gestão Documental da Justiça Federal - Coged, instituído pela **Portaria nº CF 36/2012**, que passa a ser integrado pelos servidores que especifica.

Portaria nº 638/2019 - Presidência - dispõe sobre a instituição do Sistema de Integração de Dados de Auditoria Interna da Justiça Federal - SIAUD.

Portaria nº 640/2019 - Presidência - dispõe sobre a alteração do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2019.

Portaria nº 628/2019 - Centro de Estudos Judiciários do CJF - dispõe sobre o Regimento da I Jornada de Direito Tributário do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal (CJF) e dá outras providências.

Resolução nº 606/2019 - Presidente - dispõe sobre a alteração de dispositivo da **Resolução nº 4, de 14 de março de 2008** (*trata da concessão de auxílio-moradia ao servidor*).

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Portaria nº 1.300/2019 - Direção-Geral - altera a Comissão Permanente Destinada à Caracterização Administrativa do Acidente em Serviço no âmbito do TRF da 4ª Região – **em anexo**.

Resolução nº 91/2019 - Presidência - dispõe sobre a homologação dos resultados finais das carreiras sem prova prática de capacidade física do Concurso Público para Servidores regido pelo **Editai 01/2019**.

Editai nº 11/2019 – Presidência – Concurso Público para Servidores - informa que, a partir da data da publicação deste Editai, o resultado definitivo da Prova Prática de Capacidade Física para o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Segurança e Transporte, após o período de interposição de recursos, poderá ser consultado no *site* da Fundação Carlos Chagas (<https://www.concursosfcc.com.br>) – **em anexo**.

Editai – Presidência - faz saber, aos Juízes Federais da 4ª Região, que: I - encontra-se vago 01 (um) cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para fins de **PROMOÇÃO**, pelo critério de merecimento, em decorrência da aposentadoria do Desembargador Federal Jorge Antonio Maurique, cujo acesso é privativo aos magistrados federais de carreira; II - as manifestações de interesse em concorrer à promoção deverão ser formalizadas através do “**SERH - Concurso Remoção/Promoção/Turma Recursal - Inscrição**” - serh.trf4.jus.br, no período de 05 a 16 de dezembro de 2019, dispensada a manifestação formal, por parte do magistrado, quando não possuir interesse na vaga; III - as manifestações de desistência deverão ser inseridas no mesmo endereço eletrônico no período de 17 a 19 de dezembro de 2019 – **em anexo**.

JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Portaria nº 1.673/2019 – Direção do Foro da Subseção Judiciária de Pato Branco/PR - dispõe sobre a suspensão dos processos que tratam acerca da rentabilidade do saldo do FGTS e que tramitam na 1ª Vara Federal de Pato Branco/PR – **em anexo.**

Edital de Ciência de Eliminação nº 5/2019 - Direção do Foro da JFPR/Núcleo de Documentação - o Diretor do Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau da Seção Judiciária do Paraná FAZ SABER às partes, seus procuradores e a todos quantos possa interessar que, a partir do 45º (quadragésimo quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região, as Subseções Judiciárias de Campo Mourão, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Paranavaí, Pato Branco e Ponta Grossa eliminarão autos de processos judiciais findos das classes: Ação Penal, Sumária, Alvará e Outros Procedimentos de Jurisdição Voluntária, Consignação em Pagamento, Execução de Sentença, Execução Fiscal, Execução de Título Extrajudicial, Juizado Especial Federal, Mandado de Segurança, Monitoria, Reintegração/Manutenção de Posse, Procedimento Comum Ordinário, Imissão na Posse, Inquérito Policial, Petição, Interdito Proibitório, Ação de Exigir Contas, Restauração de Autos, *Habeas data*, Procedimento Investigatório do MP, Interpelação, Protesto com temporalidade cumprida até 30 de novembro de 2014, bem como as diversas classes de Embargos e Medidas Cautelares dependentes daqueles ou de outros processos já eliminados – **em anexo.**

JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

Portaria nº 1.475/2019 – Direção do Foro da JFSC - dispõe sobre o funcionamento, nos períodos de 16 de dezembro de 2019 a 20 de janeiro de 2020, da unidade avançada de atendimento da Justiça Federal em São Bento do Sul/SC, e estabelece outras providências – **em anexo.**

Portaria nº 1.485/2019 – Direção do Foro da JFSC - dispõe sobre a interpretação de cláusulas relativas às penalidades fixadas nos contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra – **em anexo.**

JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Portaria nº 2.154/2019 - Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - nomina os servidores que atuarão como motoristas não agentes, para a condução de veículos oficiais no cumprimento exclusivo de atos de serviços administrativos da sua unidade, mediante registros e controle de uso, abastecimento, conservação e manutenção do veículo pela própria unidade, sob acompanhamento e orientação da Seção de Transportes – **em anexo.**

2. PODER LEGISLATIVO DA UNIÃO

Emenda Constitucional nº 104/2019 - altera o inciso XIV do caput do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da **Constituição Federal**, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital.

Lei nº 13.921/2019 – institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico.

Lei nº 13.922/2019 – institui o Dia Nacional do Rodeio.

Lei nº 13.923/2019 – outorga o título de Patrono do Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo da Aeronáutica ao Tenente-Coronel Especialista em Controle de Tráfego Aéreo Aldo Augusto Voigt.

Lei nº 13.924/2019 – confere o título de Capital Nacional do Inhame ao Município de Alfredo Chaves, no Estado do Espírito Santo.

Lei nº 13.925/2019 – institui o dia 20 de outubro como o Dia Nacional da Filantropia.

Lei nº 13.926/2019 - declara o **padre Theodor Amstad** Patrono do Cooperativismo Brasileiro.

Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 67/2019 – faz saber que a **Medida Provisória nº 891, de 5 de agosto de 2019**, que "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, que institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de dezembro do corrente ano.

Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 68/2019 - faz saber que a **Medida Provisória nº 892, de 5 de agosto de 2019**, que "Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, para dispor sobre publicações empresariais obrigatórias", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de dezembro do corrente ano.

Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 69/2019 – faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 898, de 15 de outubro de 2019**, publicada no Diário Oficial da União no dia 16, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento do benefício financeiro

relativo ao mês de dezembro de 2019 como abono natalino", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

[Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 70/2019](#) – faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **[Medida Provisória nº 899, de 16 de outubro de 2019](#)**, publicada no Diário Oficial da União no dia 17, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

[Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 71/2019](#) – faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **[Medida Provisória nº 900, de 17 de outubro de 2019](#)**, publicada no Diário Oficial da União no dia 18, do mesmo mês e ano, que "Autoriza a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, a contratar instituição financeira para criar e gerir fundo privado constituído por recursos decorrentes da conversão de multa de que trata o art. 72, § 4º, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

[Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 72/2019](#) - faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **[Medida Provisória nº 901, de 18 de outubro de 2019](#)**, publicada no Diário Oficial da União no dia 21, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

3. PODER EXECUTIVO FEDERAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

[Medida Provisória nº 909/2019](#) - extingue o fundo formado pelas reservas monetárias de que trata o art. 12 da **[Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966](#)**, e dá outras providências.

[Decreto nº 10.088/2019 - retificação](#) - consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.

[Decreto nº 10.153/2019](#) - dispõe sobre as salvaguardas de proteção à identidade dos denunciadores de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta e altera o **[Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018](#)**.

Decreto nº 10.156/2019 – altera o **Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999**, para autorizar subdelegação no âmbito do Ministério da Economia.

Decreto nº 10.157/2019 - institui a Política Federal de Estímulo ao Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual e Internacional de Passageiros.

Decreto nº 10.157/2019 - retificação - institui a Política Federal de Estímulo ao Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual e Internacional de Passageiros.

Decreto nº 10.158/2019 – institui o Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública.

Decreto nº 10.159/2019 – institui o Comitê de Governança Digital da Presidência da República.

Decreto nº 10.160/2019 - institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto.

Decreto nº 10.161/2019 – regulamenta a extinção de contratos de arrendamento de bens vinculados a contratos de parceria do setor ferroviário e a alienação ou a disposição dos bens móveis ferroviários inservíveis do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, arrendados ou não, localizados na faixa de domínio de ferrovia objeto de contrato de parceria.

Decreto nº 10.162/2019 – institui a Distinção Honorífica dos Heróis do Povo Brasileiro - Educação e o Memorial dos Heróis do Povo Brasileiro - Educação.

Decreto nº 10.163/2019 - dispõe sobre a execução do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pelo Estado Plurinacional da Bolívia, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai.

Resolução nº 3/2019 - Advocacia-Geral da União - dispõe sobre o Regulamento de promoções relativas às Carreiras da Advocacia-Geral da União.

Resolução nº 88/2019 - Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos - opina pela qualificação do leilão de espectro de radiofrequências para redes de telecomunicações de quinta geração (Leilão 5G) no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI.

Resolução nº 90/2019 - Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos - opina pela qualificação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO no Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND.

Resolução nº 91/2019 - Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos

- opina pela qualificação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV no Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND.

Resolução nº 95/2019 - Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos

- opina pela qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde, para fins de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada para construção, modernização e operação das unidades básicas de saúde, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

Resolução nº 102/2019 - Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos

- autoriza a contratação, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, dos estudos especializados necessários à estruturação da concessão do serviço público de transporte ferroviário de passageiros nas regiões metropolitanas atendidas pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI e do Programa Nacional de Desestatização - PND.

Resolução nº 103/2019 - Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos

- recomenda a qualificação de projetos e empreendimentos públicos federais do setor de energia no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Portaria nº 277/2019 - Gabinete da Ministra - homologa, nos termos do Anexo desta Portaria, os bens e objetos passíveis de apoio por meio das transferências de recursos da União.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Portaria nº 107/2019 - Gabinete do Ministro - dispõe sobre as normas e os procedimentos para os eventos esportivos das Forças Armadas.

Portaria nº 150/2019 - Comando do Exército - dispõe sobre normatização administrativa de atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Portaria nº 12.730/2019 - Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - aprova o Plano Anual de Fiscalização para 2020 - PAF 2020 que define metas e estratégias para a execução das fiscalizações nos imóveis da União localizados em todo território brasileiro.

Portaria nº 1.348/2019 - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - dispõe sobre parâmetros e prazos para atendimento das disposições do artigo 9º da **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**, para Estados, Distrito Federal e Municípios comprovarem a adequação de seus Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS *(estabelece prazo até julho de 2020 para adesão de Estados e Municípios à Reforma da Previdência)*.

Portaria nº 75/2019 - Alfândega da Receita Federal no Porto de Paranaguá/PR - disciplina o atendimento ao cidadão, o agendamento e a disponibilização de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Alfândega da Receita Federal do Porto de Paranaguá - ALF/PGA.

Resolução nº 716/2019 - INSS - dispõe sobre a alteração da Rede de Atendimento das Superintendências-Regionais (desativa Agências do INSS).

Resolução nº 149/2019 - Comitê Gestor do Simples Nacional – dispõe sobre sublimites de receita bruta acumulada auferida, para efeito de recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) no ano-calendário 2020.

Resolução nº 150/2019 - Comitê Gestor do Simples Nacional – altera a **Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018**, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Resolução nº 848/2019 - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) – altera as Resoluções **nº 721, de 30 de outubro de 2013**, e **nºs 825 e 829**, ambas de 26 de março de 2019, que, respectivamente, estabelece critérios para distribuição de recursos da ação "Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa Seguro-Desemprego no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE"; regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT a fundos de trabalho de Estados e Municípios; e aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2019 entre as modalidades no âmbito do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, e dá outras providências.

Resolução nº 944/2019 - Conselho Curador do FGTS - autoriza o Gestor da Aplicação a realizar o remanejamento no orçamento operacional do FGTS de 2019 do Programa FGTS-Saúde para o Programa Apoio à Produção.

Circular nº 3.791/2019 - Banco Central do Brasil – altera o Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), anexo à **Circular nº 3.587, de 26 de março de 2012**, para dispor sobre o registro de operação em data posterior àquela em que foi realizada (operações valorizadas).

[**Carta-Circular nº 3.988/2019 - Banco Central do Brasil \(Bacen\)**](#) - divulga os horários e os prazos previstos no Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

[**Carta-Circular nº 3.989/2019 - Banco Central do Brasil \(Bacen\)**](#) - altera e consolida os procedimentos e o formato para remessa das informações diárias referentes ao total de exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial e à apuração das respectivas parcelas no cálculo dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal, de que tratam as Resoluções ns. [**3.488, de 29 de agosto de 2007**](#), e [**4.193, de 1º de março de 2013**](#), e a [**Circular nº 3.742, de 8 de janeiro de 2015**](#), relativos ao documento de código 2011 - Demonstrativo diário de acompanhamento das parcelas de requerimento de capital e dos limites operacionais (DDR).

[**Circular nº 882/2019 - Caixa Econômica Federal**](#) - divulga a versão 9 do Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

[**Instrução nº 617/2019 - Comissão de Valores Mobiliário \(CVM\)**](#) - dispõe sobre a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo - PLDFT no âmbito do mercado de valores mobiliários.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[**Portaria nº 2.116/2019 - Gabinete do Ministro**](#) - estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, em conformidade com a [**Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**](#).

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

[**Portaria nº 3.730/2019 - Superintendência da Regulação Econômica de Aeroportos**](#) - estabelece os prazos e os modelos de apresentação dos resultados dos Indicadores de Qualidade de Serviços - IQS, do Plano de Qualidade de Serviços - PQS, do Relatório de Qualidade de Serviço e do Parecer de Auditoria pelas Concessionárias de Serviço Público de Infraestrutura Aeroportuária, em conformidade com o disposto nos Contratos de Concessão e na [**Resolução ANAC nº 372, de 15 de dezembro de 2015**](#).

[**Portaria nº 4.934/2019 - Departamento Nacional de Trânsito \(Denatran\)**](#) - institui o Manual de Operações de que trata o § 1º do art. 14 da [**Resolução CONTRAN nº 730, de 06 de março de 2018**](#) *(que trata da homologação dos cursos e das plataformas tecnológicas, na modalidade de ensino à distância)*.

[**Resolução nº 5.860/2019 - Agência Nacional de Transportes Terrestres \(ANTT\)**](#) - estabelece a metodologia para cálculo dos valores de indenização

relativos aos investimentos vinculados a bens reversíveis não depreciados ou amortizados em caso de extinção antecipada de concessões rodoviárias federais.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Portaria Interministerial nº 10/2019 - Gabinete dos Ministros da Justiça e das Relações Exteriores – dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência aos nacionais da República do Senegal, que tenham processo de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite no Brasil.

Portaria nº 681/2019 - Gabinete do Ministro – institui, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Rede de Serviços de Informações ao Cidadão - Rede SIC, designa a autoridade de que trata o art. 40 da **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**, e define formas de atendimento ao público.

Portaria nº 879/2019 - Gabinete do Ministro – regulamenta os procedimentos e os critérios para a transferência obrigatória de recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen aos fundos penitenciários dos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 3º-A da **Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994**, para o exercício de 2019.

Portaria nº 882/2019 - Gabinete do Ministro – dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, em apoio à Fundação Nacional do Índio - Funai.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria Conjunta nº 19/2019 - Secretaria de Atenção Especializada à Saúde – aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Mucopolissacaridose Tipo IV A.

Portaria Conjunta nº 20/2019 - Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Mucopolissacaridose Tipo VI.

Resolução RDC nº 320/2019 - Anvisa - dispõe sobre a manutenção do ingrediente ativo Tiram em produtos agrotóxicos no País, bem como determina medidas de mitigação de riscos à saúde e alterações no registro decorrentes da sua reavaliação toxicológica.

Resolução RDC nº 321/2019 - Anvisa - dispõe sobre regulamento técnico para produtos saneantes categorizados como alvejantes à base de hipoclorito de sódio ou hipoclorito de cálcio.

Resolução RDC nº 322/2019 - Anvisa - autoriza o uso de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em diversas categorias de alimentos.

[Resolução RDC nº 323/2019 - Anvisa](#) – altera a [Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 86, de 27 de junho de 2016](#) (*dispõe sobre os procedimentos para o recebimento de documentos em suporte eletrônico*).

[Resolução RDC nº 324/2019 - Anvisa](#) - dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da [Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998](#).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

[Portaria nº 2.952/2019 - Gabinete do Ministro](#) – dá nova redação à [Portaria nº 1.735, de 16 de julho de 2019](#), que estabelece diretrizes para as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para os fins que especifica.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

[Instrução Normativa nº 26/2019 - Ibama](#) - institui o Sistema de Gestão do Licenciamento Ambiental Federal - SisG-LAF.

4. CONSELHOS FEDERAIS PROFISSIONAIS

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

[Resolução nº 2.023/2019](#) – altera a [Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015](#), que dispõe sobre os Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia.

[Resolução nº 2.025/2019](#) - altera a [Resolução nº 1.868, de 31 de março de 2012](#), que define as bases referencias para valoração dos honorários por serviços prestados por economistas profissionais e por empresas prestadoras de serviços de economia e finanças e institui o Valor da Hora de Trabalho de Economia - VHTE.

[Resolução nº 2.026/2019](#) - altera dispositivos da [Resolução nº 1.883, de 29 de novembro de 2012](#), que dispõe sobre a padronização de dados de registro dos profissionais e pessoas jurídicas inscritos no Sistema Cofecon/Corecons.

[Voltar ao topo](#)